

A Série *Lancet* sobre Determinantes Comerciais da Saúde – Relatório Resumido

Esses materiais foram produzidos pela VicHealth. A série original, a Série *Lancet* sobre determinantes comerciais da saúde, foi publicada online na *Lancet* em 23 de março de 2023 e está disponível no *link*: www.thelancet.com/series/commercial-determinants-health

Índice

Resumo.....	1
Introdução.....	4
Compreendendo os determinantes comerciais da saúde (CDOH): uma nova definição e modelo.....	6
Definição dos CDOH.....	7
Modelo dos CDOH.....	7
Sistemas políticos e econômicos, desequilíbrios de poder e externalidades.....	9
Moldagem das normas.....	11
Sete práticas principais.....	11
Caminhos para prejudicar a saúde.....	14
Nível 1 - Sistema político e econômico.....	14
Nível 2 - Abordagens regulatórias e políticas upstream.....	15
Nível 3 - Políticas setoriais.....	15
Nível 4 – Ambientes.....	16
Nível 5 - Impactos nas pessoas.....	16
Nova estrutura para entender os agentes comerciais que influenciam a saúde.....	18
Diferentes tipos de agentes comerciais.....	19
A estrutura.....	21
Aplicações da estrutura.....	23
Pauta para ações futuras.....	25
1. Repensar o sistema político e econômico.....	26
2. Repensar as políticas estruturais e setoriais.....	27
3. Repensar o setor comercial e abordar suas práticas.....	29
4. Mobilização social.....	32
Conclusão.....	35

Mais informações sobre os exemplos usados ao longo deste relatório podem ser encontradas nos artigos publicados no *link* www.thelancet.com/series/commercial-determinants-health.

Resumo

- A Série *Lancet* sobre Determinantes Comerciais da Saúde (CDOH) apresenta uma visão ousada para o nosso mundo, na qual comunidades, governos e agentes comerciais contribuem para melhorar a saúde e o bem-estar, e priorizam a saúde humana e planetária em detrimento do lucro.
- A Série reconhece que, embora os agentes comerciais sejam diversos e muitos desempenhem um papel vital na sociedade, os produtos e as práticas de alguns agentes comerciais estão tendo impactos cada vez mais negativos na saúde e na equidade humana e planetária. A epidemia de doenças não transmissíveis e a emergência climática são exemplos-chave e destacam a necessidade de ação urgente.
- A Série define os CDOH como “os sistemas, as práticas e os caminhos através dos quais os agentes comerciais impulsionam a saúde humana e a equidade na saúde”. Essa definição reconhece que os agentes comerciais podem ter influências positivas e negativas na saúde e na equidade em saúde.
- A Série apresenta um modelo para entender os CDOH, que identifica as práticas e os caminhos pelos quais muitos agentes comerciais influenciam a saúde e a equidade em saúde, e explica como os sistemas políticos e econômicos subjacentes permitem que os agentes comerciais causem danos crescentes à saúde humana e planetária.
- A Série explica que as práticas dos agentes comerciais têm o potencial de influenciar a saúde e a equidade em saúde das pessoas de maneira positiva, por exemplo, fornecendo acesso justo a bens e serviços essenciais, bem como condições de trabalho e emprego justas e seguras. No entanto, destaca que os sistemas atuais permitem que os agentes comerciais usem práticas que são responsáveis por níveis crescentes de doenças evitáveis, desigualdade social e de saúde, obrigando que os governos e as comunidades intervenham.
- Isso permite que alguns agentes comerciais obtenham lucros excessivos e construam sua riqueza e poder, ao mesmo tempo em que enfraquecem o poder e os recursos de governos e organizações não governamentais para responsabilizá-los. Esses agentes comerciais usam seu poder crescente para moldar normas, sistemas e políticas que permitem suas práticas prejudiciais à saúde e priorizam os lucros em detrimento da saúde, da sociedade e do meio ambiente.
- Para ajudar a entender a diversidade dos agentes comerciais e suas influências na saúde, a Série *Lancet* sobre os CDOH estabelece uma estrutura para diferenciar os agentes comerciais. A estrutura considera suas práticas, seus portfólios, recursos, sua organização e transparência. A estrutura pode ser usada para melhorar a compreensão da diversidade do mundo comercial e ajudar a orientar abordagens para melhor lidar com as influências comerciais na saúde. Também pode ser aplicada para informar o engajamento do setor comercial, a pesquisa e a monitoramento.
- Por fim, a Série *Lancet* propõe uma pauta para ações futuras sobre os CDOH. A pauta prevê uma mudança transformadora para criar um sistema no qual os setores comercial e público trabalhem para melhorar a saúde das pessoas e do planeta.

A pauta exige que:



Os governos e as organizações internacionais usem seu poder para mudar os sistemas de políticas para melhorar a saúde, a equidade e a sustentabilidade.



Os agentes comerciais acabem com a oposição à regulamentação e políticas de saúde e adotem novos modelos de negócios.



Os profissionais de saúde pública e as organizações da sociedade civil (OSCs) levantem suas vozes, estabeleçam visões claras e responsabilizem os agentes comerciais.



Os acadêmicos e pesquisadores forneçam evidências que sejam adequadas ao propósito e sejam apresentadas da maneira certa, no momento certo, para o público certo.



Os profissionais de saúde usem sua legitimidade e autoridade para incentivar ações sobre os CDOH e enfatizem a importância da saúde preventiva.

“

Imaginamos sociedades nas quais agentes públicos e privados possam trabalhar em prol de objetivos compartilhados que priorizem direitos humanos, necessidades básicas, saúde e bem-estar.

”

Introdução

Esta *Série Lancet* estabelece uma visão ousada para o nosso mundo em que as pessoas estão livres de danos causados por forças comerciais, além de contarem com apoio para viver dignamente, com boa saúde e plena sensação de bem-estar; um mundo em que a saúde humana e planetária são prioridades maiores do que o lucro.

Uma ampla gama de empresas e organizações comerciais – referidas coletivamente como “agentes comerciais” – moldam cada vez mais o mundo em que vivemos e influenciam a saúde e o bem-estar das pessoas de maneiras variadas e complexas. Esses agentes comerciais variam de pequenas empresas de propriedade local, como barracas de rua e cabeleireiros, a grandes corporações e organizações financeiras.

Os agentes comerciais desempenham um papel vital na sociedade e podem ter influências positivas na saúde e na equidade em saúde ao fornecer acesso justo a bens e serviços necessários à saúde, como alimentos nutritivos e cuidados de saúde, medicamentos e habitação de qualidade.

No entanto, os produtos e as práticas de muitos agentes comerciais estão causando danos crescentes e evitáveis à saúde humana e planetária, além de gerar crescente desigualdade na sociedade.

Os agentes comerciais que vendem produtos nocivos com fins lucrativos são as principais causas de problemas de saúde e desigualdade. A crise climática e a epidemia de doenças não transmissíveis são exemplos importantes, com as indústrias que produzem apenas quatro produtos nocivos – tabaco, álcool, alimentos não saudáveis e combustíveis fósseis – causando pelo menos um terço das mortes evitáveis por ano em todo o mundo.

No entanto, não são apenas os produtos nocivos que influenciam a nossa saúde e bem-estar. As práticas de uma gama mais ampla de agentes comerciais também prejudicam direta e indiretamente a saúde e o bem-estar das pessoas de diferentes maneiras, ao:

- Não fornecer cuidados de saúde privados, assistência social, habitação e água e outros bens e serviços de forma equitativa, e lucrar ao restringir o acesso das pessoas a bens e serviços acessíveis e de qualidade que são essenciais para a saúde.

- Usar proteções de propriedade intelectual para bloquear o acesso das pessoas a medicamentos ou vacinas essenciais, incluindo aqueles desenvolvidos com financiamento público.
- Enviar resíduos perigosos e produtos tóxicos proibidos em outros lugares para países de baixa renda, prejudicando a saúde das pessoas, a biodiversidade e o meio ambiente.
- Criar condições perigosas nos locais de trabalho e nas cadeias de suprimentos, causando lesões evitáveis no local de trabalho e danos à saúde.
- Aumentar drasticamente os salários dos executivos, mas não dos trabalhadores, enquanto emprega trabalhadores sob contratos inseguros e intermitentes.

Essas práticas são possibilitadas por políticas e sistemas políticos e econômicos que se concentram no aumento da riqueza e dos lucros, em vez de promover a equidade, a saúde e o bem-estar humano e planetário de longo prazo.

Esta *Série Lancet* pede uma mudança transformadora urgente para criar novos sistemas, políticas, governança e modelos de negócios nos quais a saúde, a equidade e a sustentabilidade, e não o lucro, sejam prioridade. Os governos e as organizações internacionais podem agir para elaborar novas políticas e sistemas que reduzam as influências comerciais prejudiciais à saúde, promovam a equidade e protejam a saúde e o bem-estar atuais e futuros das pessoas e do planeta.

Imagine

Modelos de negócios que incorporem metas de saúde, equidade e sustentabilidade. Políticas desenhadas para promover a equidade e proteger a saúde das pessoas e do planeta. Criação de políticas livres de interferência comercial. Políticas e sistemas de emprego, educação, transporte, habitação e saúde que ajudem as pessoas a viver com dignidade, com boa saúde e com plena sensação de bem-estar. Governança e sistemas que priorizem as pessoas, em vez dos lucros.

Compreendendo os determinantes comerciais da saúde (CDOH): uma nova definição e modelo

Definição dos CDOH

As influências complexas e muitas vezes negativas dos agentes comerciais na saúde e no bem-estar das pessoas são comumente chamadas de determinantes comerciais da saúde (CDOH), mas até agora não tínhamos uma definição clara para orientar a pesquisa e a ação política.

O Artigo 1 da Série Lancet sobre os CDOH propõe uma nova definição dos CDOH:

“
os sistemas, práticas e caminhos através dos quais os agentes comerciais impulsionam a saúde humana e a equidade em saúde.
”

Essa definição:

1. **Concentra-se em agentes comerciais em vez de apenas grandes corporações**, reconhecendo que os agentes comerciais são diversos e muitos desempenham um papel vital na sociedade.
2. **É neutra**, reconhecendo que os agentes comerciais podem ter impactos positivos e negativos na saúde e no bem-estar, havendo potencial para mudanças.
3. **É ampla**, enfocando não apenas os agentes comerciais que vendem produtos nocivos com fins lucrativos, mas reconhecendo a ampla gama de influências dos agentes comerciais sobre a saúde.
4. **Concentra-se na saúde humana e planetária e na equidade em saúde** como os principais resultados de preocupação.

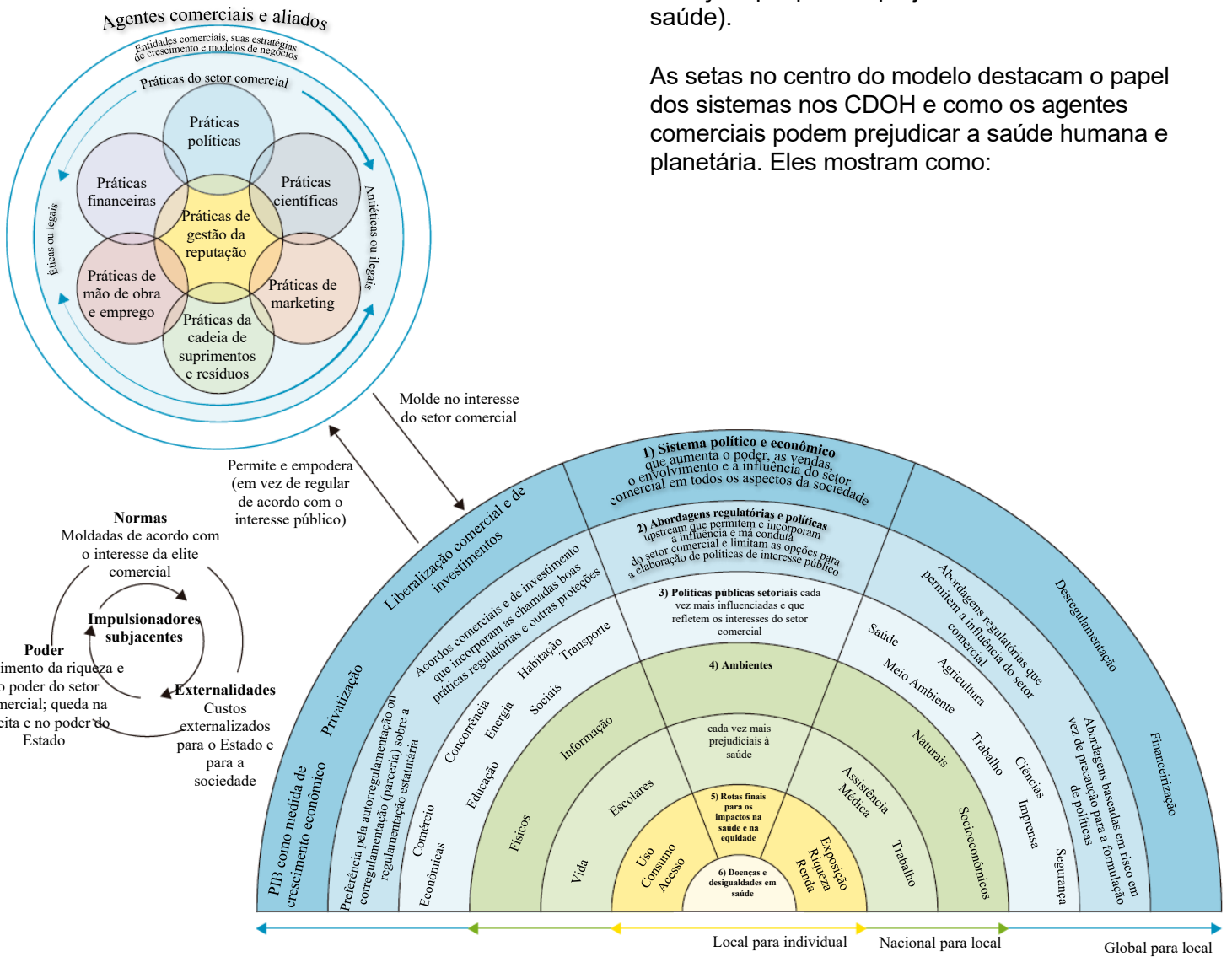
Modelo dos CDOH

O Artigo 1 da Série Lancet sobre os CDOH estabelece um novo modelo para entender os CDOH, identificando as práticas e os caminhos pelos quais os agentes comerciais influenciam a saúde e a equidade em saúde e explicando como os sistemas subjacentes permitem que os agentes comerciais causem danos crescentes à saúde humana e planetária.

A **esquerda** do modelo apresenta sete práticas comerciais principais de agentes comerciais e mostra como cada uma dessas práticas pode variar de ética/legal a antiética/ilegal.

A **direita** do modelo mostra os fatores que influenciam a saúde e a equidade em saúde. O modelo identifica cinco níveis diferentes, variando dos fatores mais “*upstream*” no nível 1 (sistemas políticos e econômicos) até os fatores mais “*downstream*” no nível 5 (riqueza e renda dos indivíduos e seu uso ou acesso a produtos e serviços que podem prejudicar ou beneficiar a saúde).

As setas no centro do modelo destacam o papel dos sistemas nos CDOH e como os agentes comerciais podem prejudicar a saúde humana e planetária. Eles mostram como:



- Por um lado, os agentes comerciais podem usar suas práticas para moldar fatores que influenciam a saúde e a equidade em saúde (os determinantes da saúde) em seus próprios interesses. Por exemplo, eles podem influenciar sistemas políticos e econômicos, políticas e ambientes de forma a maximizar seus lucros enquanto causam danos sociais e ambientais e à saúde.
- Por outro lado, as políticas e os sistemas políticos e econômicos, os governos e as organizações intergovernamentais podem capacitar e dar poderes a agentes comerciais, em vez de exigir deles padrões mais elevados no interesse público.
- Os governos e as comunidades arcam com os custos desses danos (externalidades). Isso diminui os recursos e o poder dos governos e das comunidades, ao mesmo tempo em que permite que esses agentes comerciais obtenham lucros excessivos e aumentem ainda mais sua riqueza e seu poder.



Sistemas políticos e econômicos, desequilíbrios de poder e externalidades

O Artigo 1 e o modelo dos CDOH destacam como os sistemas políticos e econômicos que priorizam o crescimento dos mercados e lucros em vez do bem-estar das pessoas, das comunidades e do planeta permitiram que alguns agentes comerciais expandissem seu tamanho, alcance, influência e poder.

Um pequeno número de corporações transnacionais agora domina a maioria dos setores de negócios e tem mais dinheiro do que muitos governos nacionais. Muitas corporações transnacionais estão interconectadas por meio de

acordos de copropriedade e participações em conselhos compartilhados, concentrando ainda mais seu poder.

A Walmart tem receitas maiores do que os governos da Austrália ou Espanha.

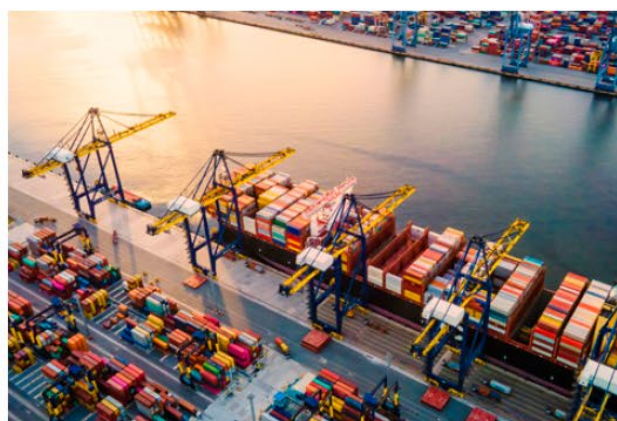
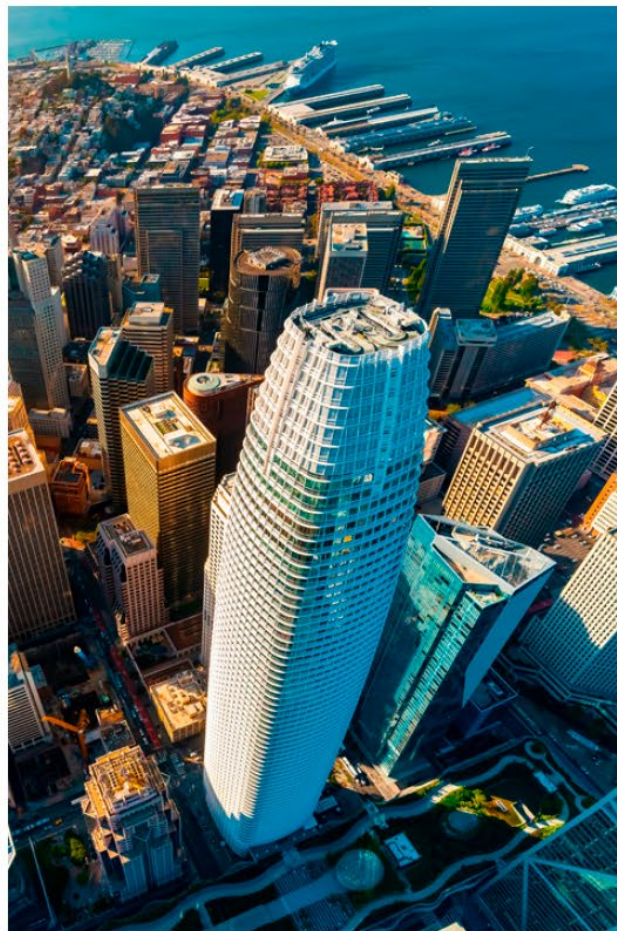
Alguns agentes comerciais causam prejuízos e danos crescentes à saúde das pessoas e ao meio ambiente, mas deixam que as pessoas e os governos paguem os custos desses danos – por exemplo, pagar cuidados de saúde para pessoas prejudicadas por produtos de tabaco e álcool ou limpar derramamentos de óleo ou resíduos comerciais. Os custos causados por agentes comerciais, mas sustentado por outros, como pessoas, comunidades locais ou governos, são conhecidos como **externalidades**.

Exemplos de externalidades negativas

incluem perda de biodiversidade e danos ambientais e à saúde decorrentes da produção, uso e descarte de produtos alimentares não saudáveis, produtos alcoólicos, tabaco e combustíveis fósseis. As indústrias não precisam arcar com os verdadeiros custos desses produtos para a sociedade. Isso torna os produtos artificialmente baratos para produzir e consumir, levando a um maior uso e maiores lucros para as indústrias.

Pagar esses custos reduz o dinheiro que as pessoas, as comunidades e os governos têm disponível para gastar em bens e serviços essenciais para a saúde, tais como moradia, saúde e apoio social. Enquanto isso, os agentes comerciais que não arcam com esses custos desfrutam de lucros excessivos.

Isso significa que, quanto mais danos e prejuízos os agentes comerciais causam, mais eles aumentam seus lucros, sua riqueza e seu poder. Ao mesmo tempo, os indivíduos, as comunidades e os governos que precisam arcar com esses custos têm menos recursos e poder, tornando mais difícil responsabilizar os agentes comerciais.



Moldagem das normas

Os agentes comerciais podem então usar seu crescente poder para fazer uso das sete práticas principais e para moldar as expectativas sociais, conhecidas como “normas”, de como as pessoas, comunidades e organizações devem se comportar. Essas normas incluem:

Normas políticas e econômicas

que enfatizam a responsabilidade individual e encorajam preferências pela desregulamentação e privatização.

Normas sobre políticas públicas

que encorajam preferências por autorregulação e correção ineficazes em vez da regulamentação estatutária do governo.

Alguns agentes comerciais usam essas normas para classificar problemas de saúde pública, possíveis soluções e seu papel nas soluções – de modo que permitam suas práticas. Por exemplo, eles classificam problemas de saúde pública, como obesidade, uso de tabaco e álcool e jogos de azar, como resultado de más escolhas individuais, usando classificações como “jogador problemático” e “consumidor irresponsável”. Isso ajuda a remover a culpa dos agentes comerciais e restringe as soluções àquelas focadas em indivíduos, tais como educação

Normas organizacionais

que envolvem expectativas de governos e outras organizações parceiras de agentes comerciais.

Normas culturais

que encorajam o consumo, incluindo o consumo nocivo.

para ajudar os consumidores a fazer “melhores escolhas”. Essas soluções individuais têm menos impacto do que as soluções em nível populacional, tais como a regulamentação governamental de indústrias, e muitas vezes aumentam as desigualdades. Os agentes comerciais utilizam-se de parcerias com governos e organizações não governamentais para se posicionarem como parte da solução dos problemas por eles criados, de forma a afastarem-se de uma regulamentação governamental efetiva que reprimiria suas práticas e reduziria seus lucros.

Sete práticas principais

O modelo identifica **sete práticas principais** que os agentes comerciais usam para moldar políticas, sistemas e normas.

Essas práticas podem ter impactos positivos, tais como práticas trabalhistas e de cadeia de suprimentos, que criam oportunidades justas e seguras de emprego, e práticas financeiras, tais como desinvestimento, que influenciam positivamente as normas e atividades dos agentes comerciais.

Muitas vezes, porém, essas práticas favorecem os interesses dos agentes comerciais em vez dos interesses da comunidade – permitindo-lhes continuar aumentando seus lucros, sua riqueza e seu poder, além de aumentar os problemas de saúde e a desigualdade cada vez mais.

1. Práticas políticas:

Projetadas para moldar as políticas ou garantir tratamento preferencial, diante de todos os níveis de governo, para promover os interesses dos agentes comerciais. Incluem: lobby direto; operação por meio de terceiros, tais como organizações comunitárias falsas (*astroturf*) e *think tanks*; ameaça e tomada de medidas legais, e intimidação de oponentes.

2. Práticas científicas:

Projetadas para influenciar o processo científico a produzir resultados favoráveis aos agentes comerciais. Incluem esforços para controlar a propriedade intelectual para manter preços altos de descobertas científicas, tais como medicamentos e vacinas, bem como financiamento de pesquisas para minar o consenso científico quando ele for contrário aos interesses dos agentes comerciais.

Em 1999, a empresa farmacêutica Merck deturpou os resultados de seu ensaio clínico com o medicamento anti-inflamatório refecoxib que mostrou a toxicidade cardiovascular do medicamento, levando a problemas cardíacos em milhares de pessoas.



3. Práticas de marketing:

Projetadas para aumentar as vendas de produtos ou serviços. As práticas de *marketing* incluem moldar ambientes físicos (tais como a densidade de lojas de bebidas alcoólicas e *fast-food* em áreas locais) e ambientes informativos (inclusive por meio de redes sociais, patrocínio, embalagem e rotulagem de produtos). Alguns agentes comerciais usam o *marketing* para moldar novas normas culturais que impulsionam o consumo produtos não saudáveis, e miram comunidades desfavorecidas, o que piora a desigualdade.

O marketing pode remodelar as normas culturais. Na África do Sul, ao vincular emotivamente as bebidas açucaradas (SSBs) à música local, aos esportes e às roupas tradicionais, as SSBs são vistas como símbolos de riqueza.

4. Práticas da cadeia de suprimentos e resíduo

Usadas para criar, distribuir e vender produtos e serviços, incluindo extração de matérias-primas e eliminação de resíduos. Essas práticas podem ter impactos negativos na saúde das pessoas e no meio ambiente, especialmente quando planejadas para reduzir custos.

A mineradora Rio Tinto priorizou a expansão de sua mina de minério de ferro e o volume de minério de alta qualidade ao invés da preservação de um importante patrimônio aborígene em Juukan Gorge, na Austrália Ocidental



5. Práticas de mão de obra e emprego:

As condições de trabalho de funcionários diretos e contratados de um agente comercial e sua cadeia de suprimentos. As práticas de alguns agentes comerciais podem exigir que as pessoas trabalhem em condições de perigo, má remuneração e insegurança. Essas práticas geralmente são projetadas para minimizar e alocar para o exterior os custos de mão de obra.

Algumas corporações da indústria de vestuário ocidental compram suprimentos de baixo custo da região de Xinjiang, na China, onde o povo uigure e outras minorias étnicas e religiosas muçulmanas são mantidos em centros de “reeducação” e detenção e forçados a produzir algodão e têxteis.

6. Práticas financeiras:

Usadas para gerenciar o fluxo de finanças para dentro e para fora de uma organização. As práticas financeiras de agentes comerciais que têm influência negativa sobre a saúde podem incluir evitar ou sonegar impostos, reduzir o dinheiro que as pessoas e os governos têm disponível para gastar em bens e serviços necessários para a saúde, tais como assistência médica e habitação, ou limitar a concorrência nos mercados, inclusive de produtos mais saudáveis.

Globalmente, os abusos fiscais corporativos levam os países a perder anualmente 9,2% de seus orçamentos de saúde, o equivalente ao salário de uma enfermeira a cada segundo.



7. Práticas de gestão da reputação:

Projetadas para moldar a legitimidade e a credibilidade, além de melhorar a imagem da marca dos agentes comerciais, permitindo que eles se envolvam nas outras seis práticas.

Na África do Sul, durante a pandemia de covid-19, a mineradora Anglo American divulgou que forneceu tanques de água, equipamentos de proteção individual e cestas básicas para pessoas necessitadas, mas não pagou seus trabalhadores durante os lockdowns, apesar de solicitar fundos de desemprego do governo para cobrir os salários dos trabalhadores.

Caminhos para prejudicar a saúde

O modelo identifica os caminhos complexos pelos quais os agentes comerciais influenciam direta e indiretamente a saúde em cinco níveis diferentes, variando desde influenciar sistemas políticos e econômicos (no nível do sistema 'upstream') até influenciar diretamente as pessoas (no nível individual 'downstream').

Nível 1 - Sistema político e econômico

As influências dos agentes comerciais nos sistemas políticos e econômicos podem influenciar a saúde das pessoas de diversas formas. O foco esmagador do atual sistema político e econômico no aumento da riqueza e dos lucros incentivou o crescimento insustentável com impactos prejudiciais à saúde e à equidade.

O sistema também influenciou negativamente a saúde das seguintes maneiras:

Desregulamentação

levou ao enfraquecimento das leis e regulamentações em muitos setores. Por exemplo, o enfraquecimento da regulamentação do setor financeiro permitiu a especulação (*trading*) dos preços dos alimentos, causando flutuações nos preços dos alimentos e fome, além de práticas bancárias que forçam as pessoas a se endividarem e ficarem sem teto – com impactos significativos na saúde e na desigualdade.

Leis e acordos comerciais e de investimento

permitiram que agentes comerciais aumentassem a disponibilidade global de produtos nocivos baratos, como tabaco e bebidas açucaradas, impulsionando o consumo e os danos em países ao redor do mundo.

Privatização

levou os agentes comerciais a substituir a provisão pública de educação, saúde, assistência social, habitação, água e outros bens e serviços. Isso geralmente leva a preços mais altos e qualidade inferior, além de restringir o acesso das pessoas a bens e serviços essenciais para a saúde.

Nível 2 - Abordagens regulatórias e políticas *upstream*

Alguns agentes comerciais moldam abordagens regulatórias e sistemas de formulação de políticas para dificultar a aprovação de leis que protejam e melhorem a saúde e o bem-estar, como:

Abordagens baseadas em risco:

Agentes comerciais, como empresas transnacionais de tabaco e pesticidas, promovem abordagens de regulamentação baseadas no risco ao invés de preventivas, para tentar impedir a regulamentação de seus produtos.

Consulta às partes interessadas e avaliações de impacto regulatório:

Os agentes comerciais podem promover consultas às partes interessadas e avaliações de impacto de custo-benefício que priorizem os benefícios e lucros do negócio em detrimento da saúde, do meio ambiente e de outros impactos, a fim de dificultar a aprovação de políticas de saúde pública ou ambientais.

Acordos comerciais e de investimento:

Os agentes comerciais podem influenciar acordos comerciais e de investimento para incorporar e disseminar abordagens regulatórias favoráveis globalmente, além de tornar mais difícil implementar e mais fácil contestar as regulamentações de saúde pública.

Nível 3 - Políticas setoriais

Os agentes comerciais podem usar seu poder para moldar as políticas governamentais em uma ampla gama de setores – incluindo saúde, agricultura, políticas sociais, ambientais, trabalhistas, comerciais e financeiras – que têm impactos na saúde e no bem-estar das pessoas.

Nível 4 – Ambientes

Os agentes comerciais moldam os ambientes de forma a promover ou prejudicar a saúde.

Os agentes comerciais podem moldar ambientes que promovam a saúde e o bem-estar, por exemplo, aumentando a disponibilidade e conveniência de alimentos saudáveis, habitação e cuidados de saúde de qualidade, e proporcionando ambientes de trabalho seguros e justos.

No entanto, os agentes comerciais também moldam os ambientes de maneiras prejudiciais, incluindo:

- Destruindo ambientes naturais.
- Criando ambientes de trabalho nocivos.
- Moldando ambientes físicos para que dificultem o acesso a alimentos saudáveis e levem as pessoas a consumir alimentos pouco saudáveis e produtos alcoólicos.
- Criando ambientes de “desinformação”, tais como por meio de atividades enganosas de relações públicas e redes sociais.
- Moldando ambientes socioeconômicos desiguais que levam a resultados de saúde ruins.

Nível 5 - Impactos nas pessoas

Por fim, as práticas dos agentes comerciais influenciam diretamente a saúde e a equidade em saúde das pessoas. As práticas de alguns agentes comerciais têm impactos positivos diretos na saúde – tais como pagar um salário justo, influenciar as pessoas a consumir produtos saudáveis ou ser fisicamente ativas, e fornecer acesso justo a bens e serviços essenciais para a saúde, tais como assistência médica de qualidade e medicamentos e vacinas essenciais.

No entanto, muitas práticas dos agentes comerciais prejudicam diretamente a saúde e causam injustiça através de práticas como:

- Levar as pessoas a consumir produtos nocivos.
- Exigir que as pessoas trabalhem longas jornadas, em empregos mal remunerados, sem estabilidade e em condições inseguras que causam lesões no trabalho.
- Limitar o acesso das pessoas a bens e serviços essenciais para a saúde.
- Fazer com que as pessoas sejam expostas a poluentes e toxinas – muitos dos quais causam câncer.

O artigo destaca que os governos podem agir para criar novas políticas e sistemas que melhorem, ao invés de ameaçar, a saúde humana e planetária. O modelo dos CDOH pode ser usado para guiar soluções.



Nova estrutura para entender os agentes comerciais que influenciam a saúde

A maioria das pesquisas de saúde pública sobre os CDOH se concentrou em uma estreita gama de agentes comerciais que produzem produtos nocivos. Menos consideração tem sido dada a outros agentes comerciais e às diversas formas como eles prejudicam ou promovem a saúde.

Diferentes tipos de agentes comerciais

A Série Lancet define “entidade comercial” amplamente como “agentes envolvidos na compra ou venda de bens e/ou serviços principalmente para lucro ou retorno sobre o investimento”.

Essa ampla definição inclui organizações com fins lucrativos, empresas públicas e privadas, corporações multinacionais (MNCs) e transnacionais (TNCs). Também inclui uma variedade de organizações “híbridas” e “paracomerciais” que têm alguns atributos comerciais e alguns atributos que se sobrepõem ao setor público (organizações governamentais e estatutárias) e o “terceiro setor” (organizações sem fins lucrativos e OSCs).

Agentes híbridos e paracomerciais que se enquadram na definição incluem:

Empresas estatais (SOEs):

Pessoas jurídicas controladas por governos que exercem atividade comercial com fins lucrativos ou estratégicos.

Fundos de riqueza soberana (SWF):

Detidos e geridos por governos para fornecer poupanças ou pensões a longo prazo e investir numa série de entidades comerciais.

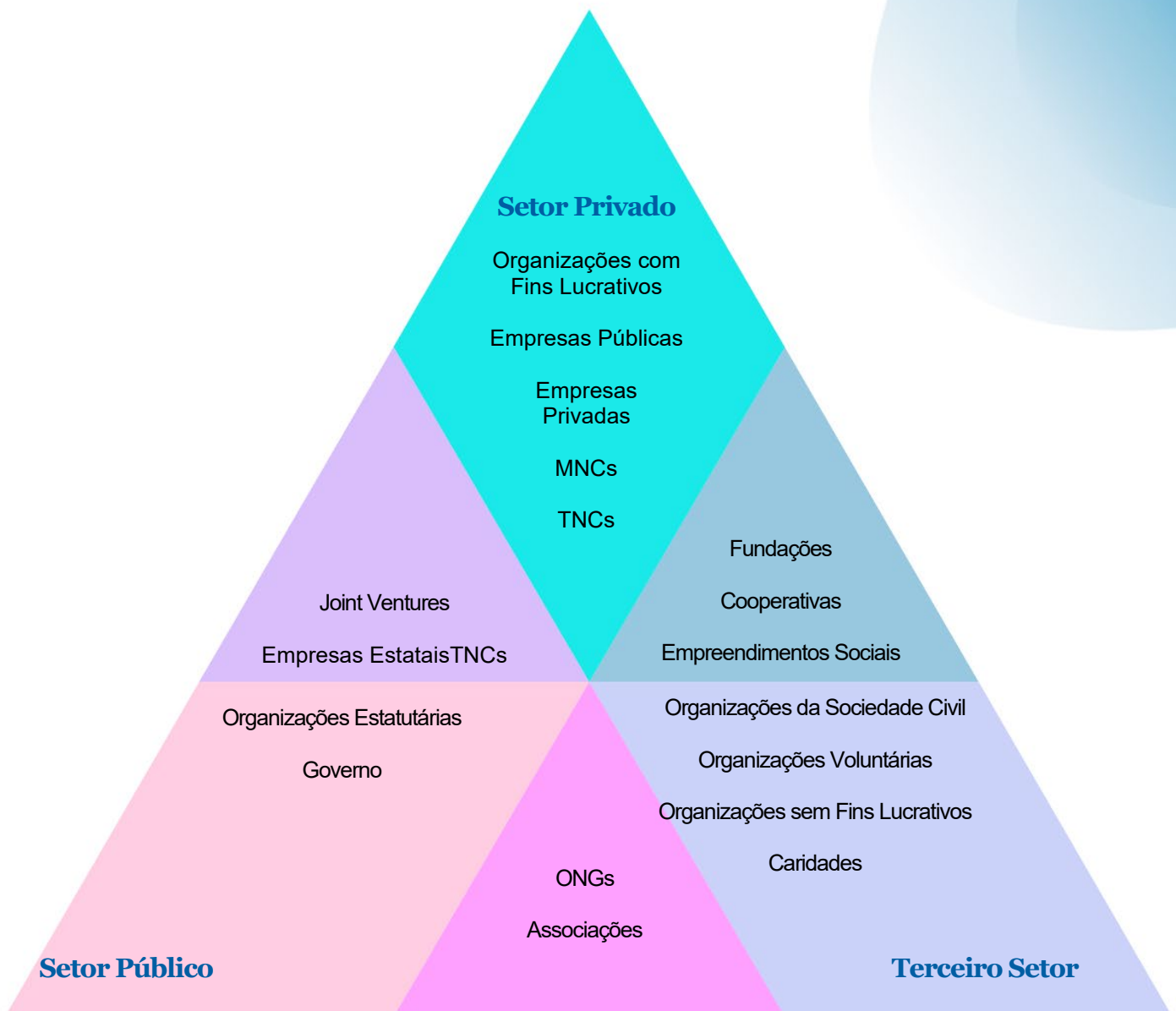
Organizações sem fins lucrativos (NFP):

Incluindo instituições de caridade, clubes sociais, organizações esportivas, igrejas, associações empresariais e fundações. Muitos têm um propósito social, mas muitos também atuam como agentes comerciais. Por exemplo, algumas das maiores corporações do mundo criaram fundações e fundos de caridade. Estes frequentemente têm mandatos sociais e promovem a saúde. Eles também são isentos de impostos e podem ter relações financeiras com empresas que praticam práticas nocivas.

Cooperativas e empresas sociais:

Organizações que têm propósitos econômicos e sociais.

- As cooperativas são de propriedade dos membros e controladas democraticamente, e assumem muitas formas, incluindo de propriedade do consumidor, de propriedade do produtor e de propriedade do trabalhador. Elas têm menos foco no lucro e são movidas por valores como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.
- Corporações de Benefícios (B Corps) são empresas sociais certificadas com fins lucrativos que visam criar impactos sociais positivos e são legalmente obrigadas a equilibrar lucro e propósito.



Artigo 2, Figura 1. Entidades híbridas nos setores público, privado e terceiro setor

A estrutura

O Artigo 2 da Série Lancet sobre os CDOH estabelece uma estrutura para diferenciar uma ampla gama de agentes comerciais e paracomerciais de acordo com as principais práticas e atributos.

A estrutura é uma ferramenta para compreender a diversidade de agentes comerciais e seus impactos na saúde e na equidade em saúde. Isso nos ajuda a examinar como as diferenças entre esses agentes moldam suas influências na saúde. Cinco fatores são importantes:

1. Práticas:

Examine todas as práticas do agente comercial. Alguns agentes comerciais podem ter práticas nocivas em algumas áreas e práticas de promoção da saúde em outras. Práticas de gestão de reputação, políticas e científicas podem indicar que um agente comercial pratica práticas nocivas ou possui produtos nocivos em seu portfólio.

2. Portfólio:

Considere toda a gama de produtos e serviços do agente comercial. Considere também os portfólios de suas subsidiárias, empresas controladoras e empresas afiliadas. Agentes comerciais que produzem produtos nocivos têm impactos nocivos diretos. Os impactos na saúde dos agentes que fornecem bens e serviços essenciais dependem de como suas práticas moldam a acessibilidade, a qualidade e o acesso aos bens e serviços. Produtos e serviços benéficos não devem ser vistos como compensadores de produtos nocivos.

3. Recursos:

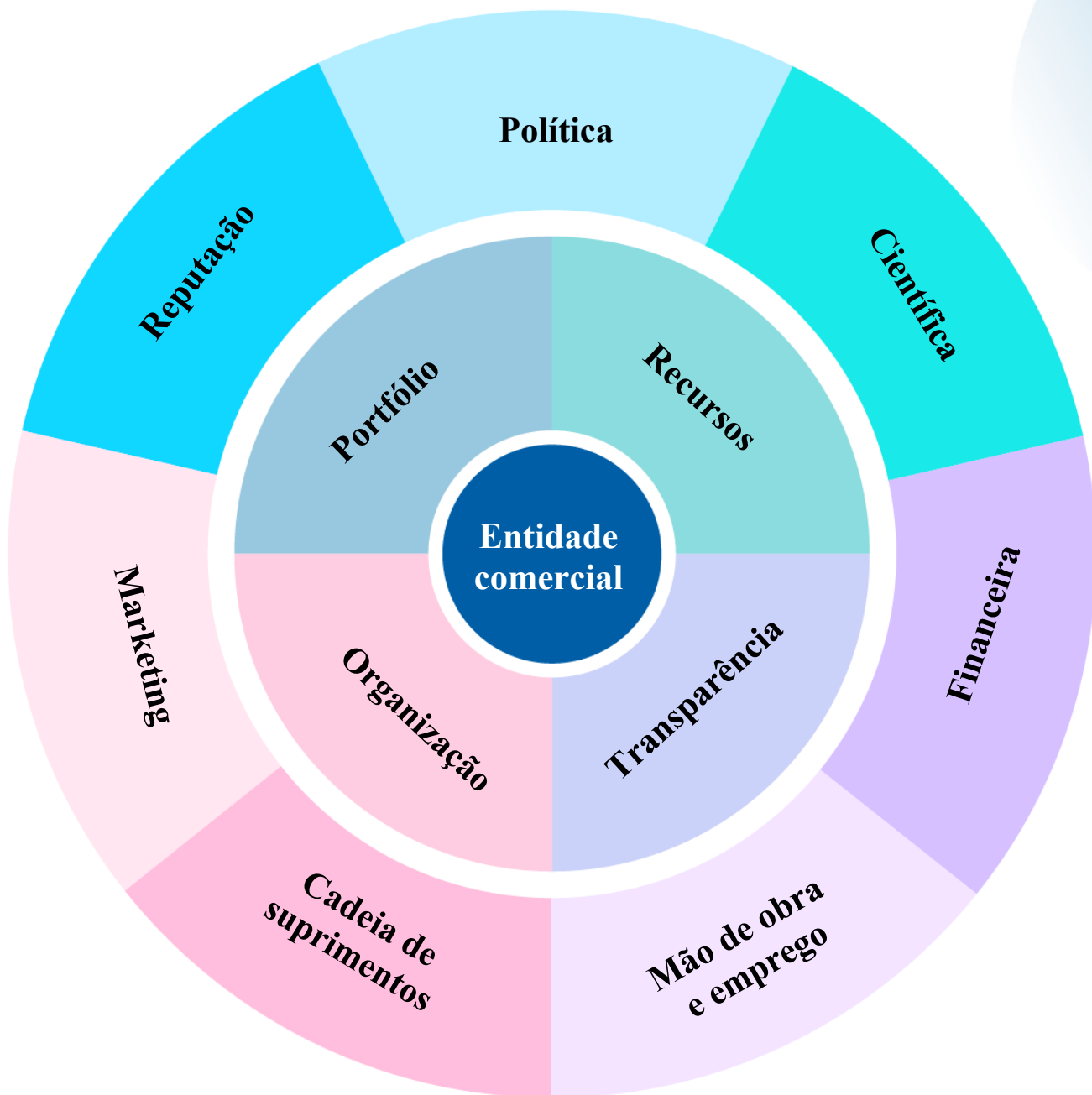
Considere os recursos do agente comercial. Eles podem ampliar ou limitar a extensão e o alcance de suas práticas e são fundamentais para entender a escala provável de seus impactos na saúde. Os recursos podem incluir: funcionários, receita, participação de mercado, margem de lucro e países de atuação. Para corporações trans e multinacionais, é importante considerar toda a estrutura societária.

4. Estrutura organizacional:

Considere a estrutura jurídica do agente comercial. Isso pode ajudar a entender como o agente comercial distribui lucros, sua governança, suas fontes de renda e suas relações com outros agentes comerciais. Esses são fatores-chave para entender as motivações de um agente, bem como possíveis mecanismos de responsabilização. Por exemplo, se o agente comercial prioriza o lucro, a saúde ou os objetivos sociais (por exemplo, oferta de remuneração justa e emprego estável para seus trabalhadores), se as fontes de renda do agente fornecem uma oportunidade de influência (por exemplo, por meio de ação de acionistas ou desinvestimento) e se ele mantém relações com outros agentes comerciais relevantes para seus impactos na saúde (por exemplo, empresas que produzem produtos nocivos).

5. Transparência:

Considere a transparência do agente comercial. Dados oportunos, compreensíveis e precisos sobre os atributos e as práticas de um agente são necessários para entender sua real influência na saúde.



Artigo 2, Figura 2. Estrutura das Entidades Comerciais e da Saúde Pública (CEPH)

Aplicações da estrutura

A compreensão aprimorada da diversidade de agentes comerciais tem três aplicações práticas principais para uma variedade de partes interessadas, incluindo governos, profissionais de saúde pública, organizações não governamentais, acadêmicos, pesquisadores e investidores.



1. Envolvimento

A estrutura pode ser usada para informar a tomada de decisões sobre se envolver ou não e como se envolver com entidades comerciais. Por exemplo, poderia ser usada para desenvolver estruturas e ferramentas eficazes para avaliar conflitos de interesse e tomar decisões sobre relacionamentos com agentes comerciais, tais como formulação de políticas, parcerias, financiamento, patrocínio e investimentos.



2. Pesquisa

A estrutura destaca três áreas principais da pesquisa futura dos CDOH:

- i. Ampliar o escopo da pesquisa para incluir outros setores, tais como finanças, tecnologia, energia, assistência médica, bem como uma gama mais ampla de agentes comerciais e paracomerciais, como cooperativas, empresas sociais e empresas estatais.
- ii. Entender melhor o papel dos agentes comerciais em países de baixa e média renda e tornar a estrutura mais aplicável a esses países.
- iii. Garantir que a pesquisa sobre os CDOH seja traduzida em ferramentas e estruturas práticas.



3. Monitoramento

A estrutura pode ser usada para melhorar o monitoramento sistemático de agentes comerciais e suas práticas. Isso pode incluir a expansão das metas de coleta de dados dos programas de monitoramento existentes ou o desenvolvimento de um banco de dados global de agentes comerciais e suas práticas.

[O Artigo 2 da Série Lancet sobre os CDOH fornece uma lista de questões orientadoras para apoiar a aplicação da estrutura.



Pauta para ações futuras

O Artigo 3 da Série Lancet sobre os CDOH estabelece uma visão para sistemas inovadores, políticas e modelos de governança e negócios que priorizam metas compartilhadas de saúde, bem-estar, equidade e sustentabilidade em detrimento dos lucros. O artigo propõe uma pauta de ações futuras para promover essas mudanças no sistema, reduzir os impactos nocivos dos agentes comerciais na saúde e melhorar a saúde das pessoas e do planeta.

“

Nós... oferecemos uma visão para um sistema que promova interesses públicos e em que a saúde e a equidade em saúde podem ser objetivos prioritários de ações coletivas...

”

A pauta requer a ação de:

- Governos e organizações internacionais
- Organizações comerciais
- Profissionais de saúde pública, organizações não governamentais, grupos comunitários e outras partes interessadas
- Acadêmicos e pesquisadores
- Profissionais da saúde

A pauta requer múltiplas abordagens por parte desses agentes em quatro áreas principais:

1. Repensar o sistema político e econômico

Os governos de todo o mundo estão adotando princípios econômicos de bem-estar, estruturas e orçamentos que colocam o bem-estar das pessoas e do planeta em primeiro lugar. Essas abordagens têm o potencial de criar incentivos para práticas comerciais que promovam a saúde e o bem-estar.

Orçamento para o Bem-Estar da Nova Zelândia

O primeiro Orçamento para o Bem-Estar da Nova Zelândia foi introduzido em 2019. O orçamento comprometeu-se a priorizar o bem-estar das pessoas e o meio ambiente nas políticas e a se concentrar em resultados que atendam às necessidades das gerações presentes e futuras. O orçamento estabeleceu cinco áreas prioritárias para melhorar o bem-estar na Nova Zelândia: saúde mental, bem-estar infantil, apoio às aspirações das

populações Māori e Pasifika, construção de uma nação produtiva e transformação da economia.

A abordagem do Orçamento para o Bem-Estar da Nova Zelândia é sustentada por mudanças legislativas que incorporam o bem-estar no centro da formulação de políticas governamentais. Todas as decisões de investimento e financiamento do governo devem ser avaliadas em uma ampla gama de considerações econômicas, sociais, ambientais e culturais. Todos os governos futuros devem relatar anualmente os objetivos de bem-estar no Orçamento, e o Tesouro deve relatar os dados de bem-estar da Nova Zelândia. O progresso é monitorado de acordo com amplas medidas de sucesso, incluindo a saúde das finanças do país, recursos naturais, pessoas e comunidades.

2. Repensar as políticas estruturais e setoriais

Política pública global

O estabelecimento da nova unidade de CDOH da Organização Mundial da Saúde (OMS) no Departamento de Determinantes Sociais da Saúde é uma oportunidade para chamar maior atenção global para as influências comerciais na saúde. Ao definir a direção para as ações sobre os CDOH, a OMS pode apoiar os governos nacionais a adotar abordagens regulatórias eficazes em toda a gama de influências comerciais na saúde, incluindo mineração, combustíveis fósseis, jogos de azar, indústrias automobilísticas, segurança, prisões, tecnologia e redes sociais. A OMS também pode trabalhar para apoiar os países a estabelecer regras para o envolvimento com agentes comerciais e gerenciamento de conflitos de interesse.

Ferramenta de triagem da Organização Pan-Americana da Saúde para orientar decisões sobre conflitos de interesse em nutrição

A Organização Pan-Americana da Saúde e a OMS desenvolveram um roteiro e uma ferramenta de triagem para implementar o esboço da abordagem da OMS para prevenir e gerenciar conflitos de interesse nos programas e políticas de nutrição dos países. A ferramenta de triagem fornece perguntas orientadoras para ajudar os funcionários do governo a tomar decisões sobre possíveis envolvimento com agentes comerciais e não governamentais, e pode ser usada em conjunto com a ferramenta de tomada de decisão mais abrangente da OMS.

Estruturas regulatórias internacionais

O desenvolvimento de uma ampla convenção internacional sobre os CDOH forneceria uma forte estrutura internacional e um fundamento para estratégias multissetoriais, colaboração internacional e ação política abrangente por parte dos governos. Também forneceria uma plataforma de defesa para as partes interessadas da saúde pública e das OSCs. Uma convenção internacional sobre os CDOH precisaria de forte apoio da OMS e dos governos.

Instrumento internacional sobre corporações transnacionais e direitos humanos

Em 2014, o Conselho de Direitos Humanos Organização das Nações Unidas aprovou uma resolução para estabelecer um grupo de trabalho internacional sobre corporações transnacionais e outras entidades empresariais com respeito aos direitos humanos. O grupo de trabalho tem mandato para negociar um instrumento internacional juridicamente vinculante que regule corporações transnacionais e entidades comerciais de acordo com a lei internacional de direitos humanos. O grupo de trabalho teve nove sessões e está negociando uma terceira minuta revisada do instrumento juridicamente vinculante.

Política macroeconômica (acordos comerciais e de investimento)

As partes interessadas da saúde pública e das OSC podem aumentar a influência sobre os acordos e políticas internacionais de comércio e investimento para desenvolver proteções e objetivos de saúde – inclusive capacitando funcionários e defensores da saúde para se envolverem efetivamente em negociações comerciais e para incidir politicamente pedindo ação do governo.

Padrões alimentares de Gana

Em Gana, em resposta às preocupações sobre os impactos na saúde do aumento das importações de carnes de baixa qualidade e com alto teor de gordura, o governo implementou padrões alimentares que se aplicavam a todas as carnes nacionais e importadas. Os padrões alimentares foram o resultado da colaboração entre os setores de saúde e comércio, e foram projetados para cumprir os compromissos comerciais internacionais de Gana. Os padrões foram baseados em evidências, e a aplicação dos padrões para carne importada e doméstica garantiu que eles não fossem discriminatórios, tornando-os compatíveis com os compromissos comerciais de Gana.

Embalagem padronizadas de tabaco e exclusão da Parceria Transpacífica

Em 2012, o parlamento australiano introduziu leis que exigiam embalagens padronizadas de cigarros. Depois de perder a contestação das leis na Suprema Corte australiana, a Philip Morris entrou com uma disputa de arbitragem internacional, usando uma cláusula de disputa de investimento em um tratado de investimento assinado pela Austrália e por Hong Kong. A Phillip Morris perdeu. A saúde pública venceu.

Essa vitória deu poderes aos governos para negociar uma "exclusão" opcional do tabaco no acordo da Parceria Transpacífica (TPP) em 2015. A "exclusão" permite que os governos optem por excluir as medidas de controle do tabaco de um investidor – mecanismo de solução de controvérsias do estado na TPP que permite que empresas estrangeiras processem governos se seus direitos de investidor forem violados. A exclusão não é perfeita, mas mostra o potencial de proteção que pode ser estendida a mais áreas da saúde pública.

Centro McCabe de Direito e Câncer

O Centro McCabe de Direito e Câncer, com sede em Victoria, Austrália, administra um programa de treinamento internacional para capacitar advogados do governo e formuladores de políticas em países de baixa e média renda para implementar e defender leis voltadas para o tratamento de doenças não transmissíveis, incluindo a defesa de embalagens padronizadas de tabaco e outras leis das contestações da indústria do tabaco.

O Centro McCabe de Direito e Câncer recebeu o nome da mulher australiana, Rolah McCabe, que entrou com uma ação por danos pessoais contra a British American Tobacco enquanto morria de câncer de pulmão causado pelo tabaco. O caso foi resolvido após a morte de Rolah, o que levou a família e os advogados de Rolah a contribuírem com fundos para estabelecer o Centro McCabe.

Tributação

Sistemas fiscais eficazes são essenciais para a saúde e a equidade. Eles garantem que os governos tenham receitas para serviços públicos essenciais, incluindo saúde preventiva e assistência médica, desencorajam o consumo de produtos nocivos e reduzem as desigualdades de renda e riqueza.

Um elemento essencial dos sistemas fiscais é tributar efetivamente as corporações transnacionais, que usam estratégias de elisão e evasão fiscal para enganar os países em US\$ 245 bilhões globalmente, a cada ano.

O desenvolvimento de sistemas fiscais eficazes requer uma melhor cooperação internacional entre os governos. Há sinais de progresso, com 130 países concordando com uma reforma tributária global para exigir que as empresas transnacionais paguem mais impostos em 2021.

No entanto, a eficácia dos sistemas tributários seria melhorada pela tributação dos agentes comerciais com base nos verdadeiros custos sanitários, sociais e ambientais de suas atividades (externalidades). Isso aumentaria as receitas sustentáveis para saúde e equidade, reduziria os incentivos para agentes comerciais venderem produtos nocivos e diminuiria os lucros de agentes comerciais nocivos, reduzindo seu poder sobre governos e sistemas.



Compras públicas

Os governos podem adotar políticas de compras públicas para abordar os impactos comerciais na saúde em vários ambientes, tais como locais de trabalho e escolas. As políticas podem garantir que produtos saudáveis sejam fornecidos e promovidos nesses ambientes e que a compra apoie as empresas e economias locais.



Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil é o maior programa de alimentação escolar do mundo, fornecendo alimentação a mais de 40 milhões de crianças brasileiras em idade escolar. O programa é obrigado a comprar 30% dos ingredientes de suas refeições de agricultores familiares. Isso a torna uma política de compras públicas com múltiplos benefícios: melhora a saúde das crianças em idade escolar, fornecendo café da manhã, almoço e/ou lanches saudáveis, promove a economia local e os meios de subsistência de trabalhadores locais, agricultores familiares, grupos indígenas e outros grupos desfavorecidos, bem como promove o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais menores e áreas protegidas. O programa inclui a regulamentação da venda e comercialização de alimentos dentro e fora das instalações escolares.

3. Repensar o setor comercial e abordar suas práticas

Modelos de negócios alternativos

Os atuais modelos de negócios, focados quase exclusivamente no lucro, têm impactos negativos na saúde e no bem-estar. Precisamos encorajar os agentes comerciais a adotar e ampliar modelos de negócios alternativos que incorporem objetivos de saúde, equidade e sustentabilidade bem como considerem uma série de partes interessadas, não apenas clientes ou acionistas.

Novos modelos potenciais são modelos de negócios sustentáveis, que tratam o lucro como um meio para alcançar outros objetivos de saúde, sociais ou de sustentabilidade, bem como visam criar valor não apenas para o negócio e seus clientes, mas também para as comunidades locais e outras partes interessadas. Outros modelos potenciais incluem cooperativas, empresas sociais e Corporações de Benefícios (B Corps). Ressaltando, no entanto, que,

por ser relativamente novo, resta saber se o modelo B Corp pode ser dimensionado para catalisar uma mudança no ambiente econômico atual, bem como evitar que se torne uma versão atualizada de responsabilidade social empresarial (RSE).

A Outland Denim, uma B Corp australiana certificada, é uma marca de jeans sustentável e ética que ajuda a treinar e criar oportunidades de emprego para mulheres que foram traficadas no Camboja e outras pessoas que passaram por exploração, tráfico ou dificuldades. Ela rastreia e apoia ativamente os trabalhadores em toda a sua cadeia de suprimentos e usa materiais e práticas de produção sustentáveis e ecologicamente corretos.

Investimento alternativo e ético

Os agentes comerciais e investidores estão, cada vez mais, adotando modelos alternativos de financiamento que criam valor social e promovem resultados positivos de saúde, sociais e de sustentabilidade. Isso inclui empresas sociais, que usam novas formas de financiamento para cumprir objetivos sociais, tais como a prevenção de doenças. Modelos alternativos de financiamento podem incluir investimento de impacto social, capital indireto, financiamento de dívida, suporte de crédito, doações e financiamento de impostos concessionais.

Os investidores também estão cada vez mais preocupados com o investimento ético, e têm apoiado campanhas de “desinvestimento” – em que entidades financeiras, incluindo fundos de pensões e bancos, se livram de investimentos antiéticos em indústrias como tabaco, combustíveis fósseis e armas nucleares. Isso oferece oportunidades para grupos de saúde pública colaborarem com ativistas de desinvestimento para destacar os riscos financeiros e éticos de investir em indústrias prejudiciais à saúde.

Abordagem das práticas do setor comercial

Para lidar efetivamente com os impactos comerciais prejudiciais à saúde e melhorar a saúde e a equidade em saúde, precisamos que os governos introduzam medidas políticas abrangentes para abordar a variedade de práticas comerciais que prejudicam a saúde, e reduzir o poder dos agentes comerciais.

As medidas políticas para lidar com as práticas comerciais incluem:

Política



- Regras eficazes para o envolvimento com agentes comerciais e políticas aplicáveis de conflito de interesses
- Regras para minimizar o envolvimento da indústria na formulação de políticas, melhorar a transparência das consultas para elaboração de políticas públicas e atividades de lobby da indústria, e limitar doações políticas e influência indevida
- Legislação aplicável contra suborno e corrupção e proteção contra denunciadores

Ciência



- Aumento do financiamento público da ciência para reduzir a dependência de fontes da indústria
- Registros públicos de ensaios
- Políticas de conflito de interesses e transparência de pesquisa

Mão de obra e emprego



- Regras para garantir que os agentes comerciais forneçam condições de trabalho justas e seguras em seus negócios e cadeias de suprimentos, incluindo regras sobre saúde e segurança ocupacional, diferenças salariais, benefícios para funcionários e proteções para trabalhadores casuais

Cadeia de suprimentos



- Sistemas tributários que contabilizam todos os custos e desperdícios da cadeia de suprimentos
- Dados aprimorados sobre a saúde da cadeia de suprimentos e os impactos ambientais
- Impostos seletivos sobre o consumo para aumentar o preço e desencorajar o uso de produtos nocivos

Finanças



- Sistemas tributários que abordem efetivamente a elisão e a evasão fiscais corporativas e respondam por todos os custos de saúde, sociais e ambientais das atividades dos agentes comerciais
- Regras fiscais para impedir a dedução fiscal das chamadas atividades de responsabilidade social empresarial (RSE) que são, na verdade, atividades promocionais ou de marketing.
- Políticas de concorrência antimonopólio
- Registros públicos dos proprietários dos agentes comerciais

Marketing



- Padrões mais elevados para o marketing de produtos nocivos, incluindo rotulagem de produtos, alertas sanitários, redes sociais e táticas de marketing predatório

Gestão da reputação



- Políticas para prevenir parcerias governamentais com agentes comerciais nocivos
- Ação para expor RSE falsa.

Em fevereiro de 2023, o parlamento do México aprovou leis para proibir o uso de gorduras trans em alimentos processados. As gorduras trans são uma das principais causas de doenças cardiovasculares e derrames e causam mais de 13.000 mortes no México a cada ano. Essas leis foram fruto de anos de defesa da Coalizão México Salud-Hable, apoiada pela Aliança de Doenças Não Transmissíveis e outros aliados.

4. Mobilização social

A sociedade civil – incluindo organizações de saúde pública, organizações não-governamentais, comunitárias, jornalistas e acadêmicos – desempenha um papel importante na mobilização de ações para incentivar os agentes comerciais a influenciar positivamente a saúde e a equidade em saúde e reduzir os impactos negativos.

Essa ação visa provocar mudanças em cinco domínios principais:

1. Chamar a atenção para a extensão dos danos à saúde e à equidade causados por muitos agentes comerciais.
2. Expor o papel dos agentes comerciais que causam danos, e “desnormalizar” as práticas comerciais nocivas.
3. Persuadir os governos a introduzir políticas que incentivem as empresas a contribuir positivamente para a saúde e o bem-estar das pessoas e do planeta.
4. Reenquadrar os debates sobre políticas e combater as narrativas e interferências do setor.
5. Mudar as estruturas de governança com os objetivos de melhorar a transparência do envolvimento dos agentes comerciais nos processos políticos, dificultar a influência dos agentes comerciais na ciência e ampliar as vozes das pessoas que foram prejudicadas.

As estratégias que a sociedade civil usa para realizar essas mudanças incluem:

Criação de coalizões

Criar coalizões e alianças fortes e unidas com uma ampla seção transversal de parceiros para ampliar seu poder, aumentar seu apelo, mudar o pensamento público sobre questões e convencer os tomadores de decisão a agir.

Defesa de direitos e campanhas

Usar a defesa de direitos e as campanhas para exigir políticas baseadas em evidências e atingir corporações, indústrias ou agências governamentais específicas, trazendo uma ampla gama de parceiros e apoiadores. Estar pronto para mudar táticas e mensagens em resposta às mudanças nas condições e estratégias da indústria.

Campanha Ação para o Tratamento

A Campanha Ação para o Tratamento, da África do Sul, uma organização sem fins

lucrativos, defende que todas as pessoas na África do Sul tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, e que as pessoas que vivem com HIV/AIDS e tuberculose possam ter acesso a serviços adequados de prevenção, tratamento, cuidados e apoio. Em 2020, a Campanha trabalhou como parte da Coalizão Consertem as Leis de Patentes (uma coalizão de mais de 40 organizações) em uma ação bem-sucedida para que a África do Sul e a Índia pedissem à Organização Mundial do Comércio (OMC) que renunciasse à toda propriedade intelectual em relação aos testes, tratamentos e às vacinas contra a covid-19. (A OMC manteve o pedido apenas em relação a patentes de vacinas e ao uso de dados de ensaios clínicos protegidos para aprovação regulatória.) Em 2003, a Campanha Ação para o Tratamento fez uma campanha bem-sucedida para forçar as empresas farmacêuticas globais a melhorar o acesso aos medicamentos antirretrovirais para pessoas que vivem com HIV/AIDS.

Argumentos morais para o desinvestimento

Fazer uso estratégico de argumentos morais e enquadramento de questões para persuadir os investidores a desinvestir em indústrias que prejudicam a saúde, tais como as indústrias de tabaco, combustíveis fósseis e armas de fogo, inclusive constringendo os investidores, destacando os riscos financeiros e promovendo investimentos socialmente responsáveis.

Litígio estratégico

Usar litígios contra agentes comerciais que prejudicam a saúde e o clima – para buscar indenização para as vítimas, reembolsar os governos pelos custos de reparação, promover regulamentação eficaz, impedir futuras irregularidades e influenciar as opiniões da comunidade.

Portfólios Livres de Tabaco

A Portfólios Livres de Tabaco é uma equipe de médicos, especialistas em ética e profissionais de finanças sustentáveis que se envolve com o setor financeiro para incentivar o financiamento sem tabaco. O objetivo é encorajar as instituições financeiras, tais como bancos, fundos de pensões e aposentadoria, a reconsiderar as relações comerciais com a indústria do tabaco e excluir o tabaco das atividades de investimento, empréstimo e seguros.

Sua principal iniciativa, o Compromisso de Financiamento Sem Tabaco, foi lançada em 2018 para dar visibilidade à liderança de instituições financeiras que implementaram políticas de financiamento sem tabaco e incentivar outras instituições a fazer o mesmo. O Compromisso agora tem quase 200 signatários em todo o mundo, representando mais de \$ 16 trilhões em investimentos (Ativos sob Gestão) comprometidos com o financiamento sem tabaco.



Governo/Organizações Internacionais

- Assegurar uma atenção global maior e mais coesa às influências comerciais na saúde e na equidade em saúde
- Fortalecer os mecanismos e espaços multilaterais de participação e controle social dos CDOH
- Desenvolver e implementar uma convenção global para controlar os CDOH
- Definir novas normas políticas implementando estruturas e orçamentos de economia de bem-estar que colocam o bem-estar das pessoas e do planeta em primeiro lugar
- Implementar políticas multissetoriais que combatam as práticas dos CDOH
- Estabelecer regras para engajamento e conflitos de interesse
- Capacitar os agentes da saúde para compreender as implicações das políticas estruturais e setoriais (por exemplo, comércio, impostos) nos resultados da saúde e permitir o envolvimento efetivo em seu desenvolvimento

Setor comercial

- Aderir a uma regulamentação governamental forte, bem aplicada e baseada em evidências
- Melhorar as condições dos trabalhadores, a salubridade dos produtos e reduzir todas as externalidades negativas
- Acelerar o investimento alternativo e ético
- As atividades do setor comercial devem ser abertas e transparentes
- Aqueles que ocupam os níveis mais altos das empresas do setor comercial devem ser responsabilizados pelos danos causados conscientemente por suas atividades
- Ampliar modelos de negócios regenerativos que privilegiem as partes interessadas, e não os acionistas
- Negócios progressistas devem defender mudanças sistêmicas nas regras do jogo

Pesquisadores e financiadores de pesquisas

- Dar alta prioridade à compreensão de como efetuar mudanças positivas no sistema e gerar uma melhor compreensão dos obstáculos à ação (incluindo distrações)
- Tornar o poder um foco explícito de pesquisa na governança dos CDOH
- Expor as políticas e práticas prejudiciais à saúde de diferentes indústrias
- Defender o uso da ciência para apoiar a política de saúde pública e opor-se aos esforços da indústria para manipular ou distorcer a ciência para promover seus interesses
- Aumentar a pesquisa ou os gastos públicos para reduzir os incentivos/a dependência da busca de financiamento da indústria pelos pesquisadores
- Garantir que a educação sobre questões de CDOH se torne parte de todos os currículos de saúde e de outros relevantes
- Promover a defesa de direitos e a educação sobre a defesa de direitos como um componente-chave dos currículos de saúde - criar um quadro global de ativistas acadêmicos

Sociedade Civil

- Fazer barulho: apoiar publicamente medidas de saúde baseadas em evidências; defender a ação do governo e da comunidade; expor e se opor às influências, políticas, práticas e produtos nocivos dos CDOH
- A mobilização bem-sucedida da sociedade civil será alcançada por meio de coalizões fortes e unidas; consenso, posições baseadas em evidências; uso estratégico de empreendedores de políticas e políticos; enquadramento convincente de questões; exploração de brechas dentro da indústria; defesa de direitos focada e oportuna, persistência.
- Os médicos e outros profissionais de saúde devem usar sua legitimidade e autoridade para influenciar a ação em relação aos CDOH, bem como enfatizar a importância da prevenção

Artigo 3, Figura 1: Agentes e suas ações no sistema de governança dos CDOH

Conclusão

Em todo o mundo, há uma crescente conscientização sobre os impactos das forças comerciais na saúde, nas mudanças climáticas e nas desigualdades na sociedade. As comunidades estão cada vez mais exigindo mudanças para libertar as pessoas e o planeta de práticas comerciais nocivas e para tornar a saúde e o bem-estar mais importantes do que o lucro. Agora é a hora de todos os agentes aproveitarem esta oportunidade e tomarem medidas significativas para melhorar a saúde e o bem-estar humano e planetário:

- **Os governos** podem usar seu poder para mudar os sistemas políticos, colocar a saúde antes do lucro e estabelecer padrões mais elevados para os agentes comerciais.
- **O setor comercial** pode ser apoiado e incentivado a adotar novos modelos de negócios com objetivos de saúde, equidade e sustentabilidade, bem como acabar com a resistência às políticas governamentais que melhoram a saúde.
- **Os pesquisadores** podem fornecer evidências importantes e adequadas ao propósito.
- **Os grupos de saúde pública e sem fins lucrativos** podem se mobilizar, fazer barulho, estabelecer uma visão clara, fazer uma defesa de direitos persistente e responsabilizar agentes comerciais e governos.
- **Os profissionais de saúde** podem enfatizar a importância da saúde preventiva, envolver-se mais amplamente em todos os setores e influenciar ações para abordar e melhorar as influências comerciais na saúde.

Precisamos de ação imediata para lidar com agentes e práticas comerciais específicos e nocivos. Devemos também desafiar os papéis e as atividades mais amplos dos agentes comerciais na formação de sistemas e políticas que prejudicam a saúde e o bem-estar.

Todos nós podemos trabalhar juntos e fazer uso de muitos caminhos para criar mudanças. Por meio da defesa persistente de direitos, do avanço contínuo e de uma combinação de ações, podemos alcançar mudanças transformadoras para priorizar a saúde e o bem-estar das pessoas e do planeta.

“

É hora de... avançar conceitualizações ousadas de progresso social de forma a tornar os interesses públicos e o bem-estar humano prioridades mais altas do que o lucro.

”

Este resumo é baseado na ciência independente publicada na The Lancet.

Agradecemos aos autores e parceiros da Série Lancet - incluindo The Lancet, Australian National University, SPECTRUM, The University of Bath e The University of Melbourne - e aos muitos indivíduos que contribuíram para este corpo de trabalho.

A VicHealth agradece aos Guardiões Tradicionais da terra. Prestamos nossas homenagens a todos os Anciãos do passado, presente e futuro.

A VicHealth agradece o apoio do Governo de Victoria.

vichealth.vic.gov.au

© VicHealth 2023
Março de 2023
<https://doi.org/10.37309/2023.HI1061>



THE LANCET



Australian
National
University



SPECTRUM



UNIVERSITY OF
BATH

